

# Autarcas temem por futuro de serviços e obras municipais

**Autarcas do distrito juntam a sua voz crítica a associação nacional, contra a Lei dos Compromissos**

Nuno Henriques, com Lusa

Autarcas da região assumem uma posição muito crítica sobre a Lei dos Compromissos, cuja futura regulamentação atinge directamente as finanças dos municípios e das demais entidades públicas, vozes que, na sua maioria, se juntam às críticas do presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Fernando Ruas.

Com excepção do presidente da câmara de Ansião, Rui Rocha,

os autarcas ouvidos pelo nosso jornal (ler caixa) temem pelo futuro dos serviços prestados pelas autarquias, com prejuízos directos para os municípios.

A paralisação da economia do País, com a suspensão de muitos compromissos assumidos pelos municípios, entre os quais a realização de obras municipais, são alguns dos temores manifestados pelos autarcas, que chegam mesmo a considerar a Lei dos Compromissos "uma vergonha", como aponta o presidente da câmara da Marinha Grande, Álvaro Pereira, considerando que se está "a brincar com quem está a gerir pelo melhor possível os dinheiros públicos".

O presidente da câmara de Pombal, Narciso Mota, vai mais longe, apontando 'lanças' a todos os partidos e aos sucessivos governos, considerando que a Lei dos Compromissos "é contraproducente ao desenvolvimento do País". O social-democrata

aponta aos deputados e governantes, admitindo, no futuro, situações de "fome" no País "se não houver homens com sentido de Estado", e mostra-se indignado pelas medidas que resultam das exigências da 'troika'.

**Asfixia das autarquias terá um "efeito de dominó"**

A Lei dos Compromissos é o diploma com que o Governo quer proibir as entidades públicas de assumirem compromissos para os quais não tenham prevista uma receita nos 90 dias seguintes, o que tem motivado múltiplas queixas dos autarcas nacionais.

O presidente da ANMP admitiu ontem que alguns municípios tenham de encerrar serviços e advertiu que a asfixia das autarquias terá um efeito de dominó, com implicações sociais. Em declarações à Lusa, à margem de uma reunião do conselho directivo da ANMP, Fernando Ruas

salientou que a nova Lei dos Compromissos está a sufocar as câmaras e a manietar os autarcas.

"Agora é preciso ter fundo disponível para assumir responsabilidades e há câmaras que já partem com fundo disponível negativo, o que, em teoria, significa que não podem fazer despesas, mesmo aquelas básicas. Não pode ser pedido a um autarca que decida (fazer uma despesa) em desacordo com uma lei que o criminaliza", comentou.

Fernando Ruas alertou para as repercussões sociais da Lei, que inibe os autarcas de autorizarem despesas sem terem receitas correspondentes garantidas nos três meses seguintes.

"Temos sido o verdadeiro Ministério da Solidariedade Social e o efeito de dominó vai ser uma realidade. Neste momento temos dificuldade em ajudar os cidadãos e as associações que tratam dos cidadãos, que nos pedem auxílio premente", explicou.



ARQUIVO

"Muitos municípios que já fizeram simulações acham que a Lei dos Compromissos é impossível de cumprir. O encerramento de serviços vai ter a ver com as conclusões a que cada município chegar, com essa simulação, e depois agirá em conformidade. É natural que, de acordo com o que foi observado em cada concelho, se tomem decisões de cortar serviços, de modo a que se evite a criminalização financeira, que não é só dos eleitos, mas também dos directores municipais", acrescentou Fernando Ruas.

O Conselho Geral da ANMP decidiu pedir reuniões ao Presidente da República e ao primeiro-ministro "com carácter de urgência para expor o quadro de

consequências" da actual situação financeira dos municípios.

"Têm-nos transformado em responsáveis por uma dívida que não é a nossa", declarou aos jornalistas o presidente daquele Conselho Directivo, Fernando Ruas. O mesmo responsável disse que o poder local assume como sua "apenas quatro por cento" da dívida pública.

FESTAS DE AGOSTO EM RISCO

As tradicionais festas de Agosto no concelho da Batalha poderão não concretizar-se, face aos constrangimentos financeiros acrescidos, para o qual muito contribui a nova Lei dos Compromissos. "Estou a ponderar não as fazer. Vou